

## Medindo o Desempenho da Gestão I: Introdução e Aplicação Real

Um dos principais critérios de avaliação do desempenho de uma gestão municipal é a sua capacidade de promover a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. É difícil, no entanto, detectar quanto a mudança na qualidade de vida é resultado das ações do governo municipal, das ações de outros atores sociais (governos estaduais e federal, ONGs, associações filantrópicas, etc) ou até mesmo do desempenho da atividade econômica.

Mesmo assim, é possível identificar alguns campos nos quais o governo municipal tem condições e atribuição legal para intervir. É o caso do transporte coletivo, da alfabetização de adultos, do saneamento básico, das políticas de proteção à infância, da coleta e destinação de resíduos sólidos, dos serviços de pré-escola, entre outros.

Para ser possível uma avaliação dos resultados atingidos pela gestão, são necessárias informações quantitativas, que expressem em números os resultados das ações do governo municipal ou forneçam uma referência. Essas informações podem ser coletadas e apresentadas sob a forma de *indicadores* ou *índices*. São números que procuram descrever um aspecto determinado da realidade ou apresentam uma relação entre vários aspectos.

Além do acompanhamento de indicadores setoriais de desempenho - como os índices de cobertura de serviços públicos a cargo do município - ou indicadores de resultados de ações do governo municipal - como o índice de mortalidade infantil -, é possível construir índices agregados capazes de medir o impacto das políticas implantadas sobre a qualidade de vida dos cidadãos. Comparando-se esses índices com os de outros municípios e com sua posição em períodos passados, obtém-se um importante ele-

mento de avaliação da gestão.

Na prática, existem pesquisas como a "Evolução Comparada da Qualidade de Vida nos Municípios Brasileiros" ou similares, realizada por Institutos que se aprofundam no assunto, as quais desenvolvem uma aplicação do conceito de indicadores de desempenho de gestão municipal em relação à qualidade de vida dos cidadãos.

Nela, para os 49 municípios mais populosos do Estado de São Paulo, acrescidos de sete municípios de outros estados, foi construído um índice de qualidade de vida, o ISM (Índice Social Municipal). Este índice considerava diversos elementos da qualidade de vida, não necessariamente a cargo dos governos municipais. Foram utilizadas informações do Censo do IBGE, de 1991, e da Fundação SEADE, do mesmo ano.